

TRABAJO SOCIAL

Trabajo social

ISSN: 0123-4986

ISSN: 2256-5493

Universidad Nacional de Colombia

Telmo Romano, Alice Queiroz; Pizzinato, Adolfo
Migração de mulheres para o Brasil: interseções de gênero, raça/etnia e classe*
Trabajo social, vol. 21, núm. 2, 2019, Julho-Dezembro, pp. 197-213
Universidad Nacional de Colombia

DOI: <https://doi.org/10.15446/ts.v21n2.75072>

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=684471963009>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais informações do artigo
- Site da revista em redalyc.org

UDEM redalyc.org

Sistema de Informação Científica Redalyc
Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal
Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa
acesso aberto

Migração de mulheres para o Brasil: interseções de gênero, raça/etnia e classe^{*}

Alice Queiroz Telmo Romano^{**}

Mestre em Psicologia Social

Adolfo Pizzinato^{***}

Professor Programa de Pós-graduação em Psicologia

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

197

Resumo

Neste artigo, é realizada uma pesquisa documental dos estudos publicados na temática migração feminina para o Brasil. Os trabalhos foram analisados através da perspectiva interseccional, que compreende diferentes formas de agenciamento e discriminação, com base na interação entre diversos modos de subordinação, tais como os relacionados às questões de gênero, raça/etnia, classe. A partir deste estudo, foi verificado que, apesar do crescente número de pesquisas acerca da temática, poucas levam em consideração os marcadores mencionados de maneira interseccional.

Palavras-chave: classe, etnia, gênero, interseccionalidade, migração feminina, raça.

CÓMO CITAR ESTE ARTÍCULO

Telmo Romano, Alice Queiroz y Adolfo Pizzinato. 2019. "Migração involuntária de mulheres para o Brasil: interseções de gênero, raça/etnia e classe". *Trabajo Social* 21 (2): 197-213. Bogotá: Departamento de Trabajo Social, Facultad de Ciencias Humanas, Universidad Nacional de Colombia. doi: <https://doi.org/10.15446/ts.v21n2.75072>

Recibido: 22 de septiembre de 2018. **Aceptado:** 02 de mayo de 2019.

^{*} Este artigo integra a dissertação de mestrado *Imigração de mulheres haitianas no Rio Grande do Sul: trajetórias e relações de gênero*, realizada no Programa de Pós-graduação em Psicologia, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), fomentada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

^{**} alictelmo@gmail.com

^{***} adolfofizzinato@hotmail.com

Migración de mujeres hacia Brasil: intersecciones de género, raza/ etnia y clase

Resumen

En este artículo se realiza una revisión documental de los estudios publicados en la temática migración femenina hacia Brasil. Los trabajos fueron analizados a través de la perspectiva interseccional, que comprende diferentes formas de agenciamiento y discriminación, desde la interacción entre diversos modos de subordinación, tales como los relacionados a las cuestiones de género, raza/etnia y clase. A partir de este estudio, se verificó que, a pesar del creciente número de investigaciones acerca de la temática, pocas tienen en cuenta los marcadores mencionados de manera interseccional.

Palabras clave: clase, etnia, género, interseccionalidad, migración femenina, raza.

Migration of Women to Brazil: Intersections of Gender, Race/Ethnic Group, and Class

Abstract

The article carries out a documentary review of studies published on the issue of female migration to Brazil. The studies were analyzed using the intersectional perspective, which includes different forms of agency and discrimination, based on the interaction of diverse modes of subordination, such as those related to issues of gender, race/ethnic group, and class. The results of the analysis showed that despite the increasing amount of research on the issue, few of the studies take into account the abovementioned markers from an intersectional perspective.

Keywords: class, ethnic group, gender, intersectionality, female migration, race.

Introdução

Em uma escala global, observa-se que os fluxos migratórios aumentaram nos últimos anos. Entre 1990 e 2000, a cada ano, 2 milhões de pessoas migravam. Entre 2000 e 2010, esse número subiu para 4,6 milhões de pessoas por ano. Seja por conflitos políticos, seja por catástrofes naturais, muitas pessoas deixam seus países ou contextos de origem. Na América Latina e no Caribe, constatou-se também aumento no número total de imigrantes. Em 2000, o número de imigrantes internacionais era de 6,5 milhões; em 2010, esse número subiu para 8,1 milhões e, em 2013, chegou a 8,5 milhões de imigrantes (United Nations 2013).

A imigração faz parte do fenômeno da globalização. Nesse processo, economias e culturas influenciam-se e tornam-se mais próximas através do comércio, da imigração e do intercâmbio de informação e ideias. No entanto, em décadas mais recentes, houve a intensificação e a aceleração dessas conexões globais, em razão dos avanços nas telecomunicações, do recrudescimento do modelo capitalista neoliberal e do incremento de interdependências financeiras e econômicas (Guareschi *et al.* 2003). Assim, pode-se definir o sistema migratório como uma associação, imbuída de certa intenção e acompanhada de um denso tecido de relações sociopolítico-econômicas e culturais, que se estabelecem entre uma região receptora de imigração e um conjunto de países emissores de emigração (Sarriera 2010).

Existem dois modos distintos de migração: voluntária e involuntária. A migração involuntária, a qual é abordada nesta pesquisa, consiste em migrantes que partem após alguma experiência que impossibilita a continuidade da sua vida no país de origem, tais como guerras e desastres naturais. No Brasil, os dois maiores grupos de migrantes involuntários são os de haitianos e senegaleses, de acordo com a Polícia Federal. Segundo Martins-Borges (2013), nessa distinção, está implícita outra diferença, tal como o tipo de trabalho psíquico que o processo de migração involuntária exigirá da pessoa.

As desigualdades sociais e econômicas fazem com que alguns coletivos sociais estejam em posição de maior vulnerabilidade a situações adversas como desastres naturais, processos migratórios etc. (Brunsma e Picou 2008). De acordo com o que se configura no panorama de tais situações críticas, as mulheres estão entre os coletivos que mais sofrem desvantagens nos processos de enfrentamento, resistência e recuperação dessas situações, uma vez que a condição de vulnerabilização está associada a desigualdades sociais e econômicas preexistentes, como seus lugares na economia global, seu acesso limitado a bens e salários, falta de suporte do Estado e papéis,

responsabilidades e normas relacionadas ao gênero —particularmente o machismo (Horton 2012).

Como bem apontam Montenegro-Martínez *et al.* (2011), inicialmente, as análises realizadas sobre as migrações contemporâneas não atentaram às características específicas da migração em diversos coletivos, em particular às mulheres imigradas, devido majoritariamente ao viés patriarcal. Nesse sentido, uma análise que seja mais sensível às formas de diferenciação de gênero, que não objetive apenas quantificar essas populações femininas que migram, pareceu-nos importante, especialmente se pensarmos sobre as relações de poder em que essas diferenciações se materializam, se praticam em mecanismos de diferenciação e categorização social.

Assim, partindo de uma perspectiva interseccional de gênero (Brah 2006; Crenshaw 2004), podemos pensar categorias sociais junto às condições em que migram as pessoas e suas derivações. Assim, a origem nacional, gênero, etnia/raça, idade e/ou situação socioeconômica, convertem-se em eixos de diferenciação que produzem determinadas exclusões/inclusões de diferentes gradientes, a partir de determinadas práticas hierarquizadas de intervenção social, sejam políticas, legais, sejam econômicas na materialidade dessa construção (Montenegro-Martínez *et al.* 2011).

A feminização na maior parte dos fluxos migratórios é uma realidade presente em todos os panoramas migratórios (Benería, Deere e Kabeer 2012). Em 2013, por exemplo, as mulheres representavam 48 % do total de migrantes internacionais. Alguns dados indicam que a maior porcentagem de mulheres migrantes se encontra nas regiões onde o processo migratório já está estabelecido há algum tempo, como é o caso da Europa, da América Latina e do Caribe, lugares onde a migração feminina representa 51 % (United Nations 2013).

A feminização dos processos migratórios é associada a algumas peculiaridades nas condições de possibilidade existencial enfrentadas por boa parte das mulheres em seus territórios de origem. Dentre elas, destacam-se a falta ou a diminuição de oportunidades de trabalho, os processos de divórcio ou separação, o desejo por mais autonomia e a diminuição das restrições sociais de mobilidade das mulheres, dentre outras. Essas condições, aliadas à possibilidade de melhores oportunidades de emprego no país de destino, contribuíram para a participação de mais mulheres nos movimentos migratórios. Como resultado, houve um reconhecimento da importância das questões de gênero na migração internacional (Benería, Deere e Kabeer 2012).

Seguindo a interseccionalidade, é relevante retomar os escritos de Angela Davis, filósofa e ativista americana. Em seu livro *Mulheres, raça e classe* (Davis [1981] 2016), vemos um pensamento que visa romper com assimetrias sociais e que busca entender as nuances das opressões. A autora inicia seu trabalho tratando da escravidão e de seus efeitos, principalmente no que concerne a mulher negra e a forma pela qual foi desumanizada. Davis ([1981] 2016, 35) descreve o sistema escravagista e como este era especialmente cruel com as mulheres negras:

As mulheres negras eram iguais a seus companheiros na opressão que sofriam; eram socialmente iguais a eles no interior na comunidade escrava; e resistiam à escravidão com o mesmo ardor que eles. Essa era uma das grandes ironias do sistema escravagista: por meio da submissão das mulheres à exploração mais cruel possível, exploração esta que não fazia distinção de sexo, criavam-se as bases sobre as quais as mulheres negras não apenas afirmavam sua condição de igualdade em suas relações sociais, como também expressavam essa igualdade em atos de resistência. [. . .] é importante lembrar que os castigos infligidos a elas ultrapassavam em intensidade aqueles impostos aos homens, uma vez que não eram apenas açoitadas e mutiladas, mas também *estupradas*.

A partir da citação, vemos que a opressão das mulheres era idêntica à dos homens. Contudo, as mulheres ainda sofriam abusos sexuais e outros tipos de maus-tratos que só poderiam ser infligidos a elas por serem mulheres. Essas vivências afetaram profundamente as mulheres negras. Muitas delas ficaram abaladas e destruídas, mas muitas também sobreviveram e transmitiram para suas descendentes do sexo feminino um legado de trabalho duro, perseverança e autossuficiência, que possibilitou uma luta de resistência e insistência na igualdade sexual. Esse legado também deu condições para uma nova condição da mulher (Davis [1981] 2016).

Ao longo da década de 1830, mulheres brancas foram ativamente atraídas para o movimento abolicionista. Para as mulheres brancas do Norte, tanto as donas de casa de classe média quanto as jovens operárias, a escravidão passou a ser evocada como metáfora para expressar suas opressões. Isso criou uma afinidade com as mulheres e os homens negros. Assim, em 1833, na convenção de fundação da Sociedade Antiescravagista Estadunidense, já havia um número considerável de mulheres brancas simpatizantes à causa da população negra. O suficiente para estabelecer um vínculo entre dois grupos oprimidos (Davis [1981] 2016).

Através desse percorrido histórico realizado por Davis ([1981] 2016), percebemos que hierarquizar opressões não auxilia no entendimento de questões sociais. Mas, se observarmos o que ocorre na interseção dessas opressões, podemos alcançar uma compreensão mais ampla de nosso objeto de estudo.

Os estudos interseccionais surgem mais fortemente no fim da década de 1990, quando emergem categorias que aludem à multiplicidade de diferenciações, como gênero, raça, classe, nacionalidade. São as categorias de articulação e as interseccionalidades (Piscitelli 2008).

Em algumas teorias interseccionais, foi a partir de reformulações críticas do conceito de gênero que surgiu a necessidade de considerar conjuntamente classe, raça e gênero. No entanto, nessa vertente teórica, a categoria gênero seguiu sendo privilegiada. Diante da insatisfação com a centralidade da categoria gênero, autoras feministas que trabalham com teoria pós-colonial sinalizaram a importância de articular gênero não apenas à sexualidade, à raça e à classe, mas também à religião e à nacionalidade (Piscitelli 2008).

No cenário dos estudos interseccionais, algumas autoras se destacam, dentre elas Kimberle Crenshaw, advogada, que realiza uma leitura de inclinação mais sistêmica sobre a teoria interseccional, e Avtar Brah, socióloga, que trabalha a partir de uma abordagem construcionista na interseccionalidade.

Em seus estudos, Crenshaw (2004) busca apresentar uma estrutura que permita identificar a discriminação racial e a discriminação de gênero, de modo a compreender como estas operam juntas, limitando a chance de sucesso das mulheres negras. Para essa autora, a interseccionalidade sugere que nem sempre lidamos com grupos distintos de pessoas, e sim com grupos sobrepostos.

Crenshaw (2004) traz um exemplo para pensarmos a interseção de categorias de análise, em uma perspectiva não aditiva nem hierárquica, que pode ajudar a entender a classe de pensamento defendida aqui. Diz que, no século XIX, o estupro era considerado um crime racial nos Estados Unidos, pois um processo por estupro poderia ser anulado se não ficasse provado que a vítima era branca. No exemplo, vemos que, na interseção da categoria gênero e raça, a mulher negra está exposta a um tipo de violência que a mulher branca não está: a de não ter seus direitos reconhecidos em um caso de estupro.

A partir do estudo dos feminismos *negro e branco*, Brah ([1996] 2006) propõe pensarmos mais profundamente a questão da diferença. A autora ([1996] 2006, 358) questiona: “[...] quem define a diferença, como diferentes categorias de mulheres são representadas dentro dos discursos da *diferença*

e se a *diferença* diferencia lateral ou hierarquicamente.” Tendo como base questões como essas, Brah levanta uma problemática mais ampla sobre a diferença como categoria analítica. Ela propõe quatro maneiras como a diferença pode ser conceituada: diferença como experiência, diferença como relação social, diferença como subjetividade e diferença como identidade.

Nos estudos de Brah, percebemos como a diferença nem sempre é um marcador de hierarquia nem de opressão. Para compreender melhor uma diferença, uma pergunta pode ser feita: esta diferença remete à desigualdade, a opressão ou a exploração? Ou, ao contrário, ela remete a igualitarismo, a diversidade ou a formas democráticas de agência política? Dessa forma, partir do estudo mais amplo da diferença, observamos que, na interseção de categorias, não apenas vulnerabilidades podem surgir, mas também formas de agenciamento (Piscitelli 2008).

Alguns estudos (Blackwell e Naber 2002; Henning 2015; López 2013; Silveira e Nardi 2014) já têm articulado os marcadores gênero e raça de maneira interseccional. Uma pesquisa (López 2013) com mulheres uruguaias afrodescendentes descreveu que, no que concerne à sexualidade das mulheres afrodescendentes, não se pode excluir o impacto do racismo e dos estereótipos que reproduzem a desigualdade social. Quando os eixos sexualidade, raça e gênero estão vinculados, a denúncia de violência simbólica e física sobre os corpos dessas mulheres tem a possibilidade de se constituir como demanda diante do Estado.

Já Silveira e Nardi (2014), particularmente, optam por trabalhar os conceitos gênero, raça e etnia em situações de violência contra as mulheres nas relações de intimidade através da interseccionalidade. Dessa maneira, priorizam a experiência e a forma como as pessoas vão constituindo-se nas situações as quais estão implicadas. A interseccionalidade dos marcadores gênero, raça e etnia cria possibilidades que, ao abordá-los de maneira separada, não seria possível.

Este embasamento teórico mostra a relevância que há no cruzamento de algumas categorias e como isso pode modificar a experiência vivida por pessoas em diferentes interseções de categorias. Das pesquisas realizadas na área das migrações, poucas parecem ter seu enfoque voltado para a especificidade do fluxo migratório de mulheres. Estariam as pesquisas sobre migrações no Brasil trabalhando a experiência da migração sob a perspectiva interseccional? Para responder a essa pergunta, este trabalho visa realizar uma investigação documental dos estudos publicados na temática migração feminina no Brasil.

Método

Para tanto, foi realizada uma pesquisa documental sobre a temática na base de dados on-line SCIELO (*Scientific Electronic Library Online*) e na ferramenta de busca *Google Acadêmico*. Optou-se por essas bases de dados pois elas possuem amplo alcance, o que possibilitou que mais artigos pudessem ser encontrados sobre o tema. As buscas por artigos foram restritas ao período de dez anos, de 2017 até 2007. E foram utilizadas as seguintes palavras-chave (descritores): mulheres, migração internacional, gênero e Brasil.

Foram selecionados dez artigos que preenchiam os seguintes critérios: estudo empírico sobre mulheres estrangeiras, realizado no Brasil e publicados em língua portuguesa, pois gostaríamos de identificar o que vem sendo produzido particularmente nesse idioma. Foram excluídas as duas duplicidades e os artigos sem resumo (três). Um total de cinco artigos foram selecionados atendendo a esses critérios.

Artigos

Os três primeiros artigos a serem analisados são produções da autora Delia Dutra. No primeiro artigo, *Mulheres, Migrantes, Trabalhadoras: a Segregação no Mercado de Trabalho* (Dutra 2013), são analisadas experiências de mulheres migrantes em diversos países, centrando a reflexão na dimensão do trabalho no contexto do processo migratório feminino internacional.

A pesquisa insere-se em um projeto mais amplo desenvolvido no Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios —doravante, CSEM. Neste estudo, além da dimensão do trabalho, também são abordados temas como: a família, o acesso aos serviços, as políticas migratórias, a religião e as perspectiva de retorno aos países de origem.

Trata-se de um estudo quantitativo e qualitativo, do qual participaram 107 migrantes: paraguaias no Brasil, brasileiras nos Estados Unidos, haitianas na República Dominicana, colombianas no Equador, filipinas na Itália e nicaraguenses na Costa Rica. As informações foram coletadas através de um questionário, que continha perguntas abertas e fechadas. Sua aplicação ocorreu entre maio e julho de 2012.

Para dialogar com os dados apresentados, a autora inicia seu texto pontuando algumas especificidades da migração feminina internacional. Posteriormente, apresenta o perfil geral do total de migrantes bem como as dificuldades enfrentadas para trabalhar em situação regular de documentação no país de destino. Por fim, a autora analisa a situação de emprego e desemprego vivida pelas migrantes.

É dada ênfase ao eixo gênero, marcando a divisão de trabalho que existe e se torna mais intensa com a migração das mulheres. As imigrantes ficam sujeitas a trabalhos comumente associados a mulheres: babá, empregada doméstica, costureira etc. Outros marcadores interseccionais como raça, etnia e classe acabam ganhando menos destaque que o gênero.

No artigo *Marcas de uma Origem e uma Profissão: Trabalhadoras Domésticas Peruanas em Brasília* (Dutra 2015), a autora analisa como um grupo de mulheres peruanas, trabalhadoras domésticas, vivencia sua experiência migratória na cidade de Brasília, Brasil. Trata-se de um estudo qualitativo no qual foram realizadas entrevistas de profundidade com dez mulheres migrantes peruanas com mais de três anos de residência na cidade de Brasília. Para as entrevistas, foram definidos alguns eixos fundamentais a serem abordados: a origem —lembranças da infância e da juventude, família deixada na terra de origem—, a família hoje —relacionamento, questão financeira, ressignificações dos afetos—, o Brasil —destino escolhido ou não, pré-noções sobre o país— e Brasília —a cidade, as interações com os locais, os espaços públicos e o acesso aos serviços—, o trabalho —interações cotidianas, perspectivas, remuneração, espaço e isolamento—, ser mulher —na dinâmica do passado-presente-futuro.

O artigo é analisado a partir de uma perspectiva interacionista, que busca compreender os processos de integração social dessas migrantes em Brasília, cidade com características históricas e urbanas particulares. A autora desenvolve suas reflexões com base na dimensão de gênero e compreende que, sobre a condição de serem mulheres, se sobrepõem outras dimensões como a origem étnica e de classe, que também afetam a experiência de vida em migração.

No fim do artigo, além de identificar uma multiplicidade na autoidentificação —camponesa, indígena, peruana, excelente cozinheira, mãe, estrangeira, mulher pobre, desempregada— foi observado também os efeitos da interseccionalidade. As sobreposições de condições de vida estigmatizantes: ser mulher, migrante, pobre, traços indígenas, sem acesso à educação formal, resultam em um contexto marcado pela vulnerabilidade.

No artigo *Mulheres do Sul também migram para o Sul, Paraguaias no Brasil* (Dutra 2013), a autora analisa experiências vividas por mulheres migrantes paraguaias residentes no Brasil. Trata-se de um estudo quantitativo e qualitativo realizado com 20 mulheres paraguaias com idades entre 16 e 50 anos. Buscou-se identificar as dificuldades enfrentadas por elas no âmbito familiar, na vida profissional, as potencialidades de acesso a serviços,

as políticas migratórias existentes e compreender quais as perspectivas de retorno ao país de origem.

Para a coleta de informações, foi realizado um questionário com perguntas abertas (82 %) e perguntas fechadas (18 %) sobre a família, o trabalho, o acesso a serviços, as políticas migratórias e as possibilidades de retorno. As respostas foram registradas por pesquisadores responsáveis pela aplicação dos questionários de forma individual e sem a presença de terceiras pessoas. Na pesquisa, a autora identificou problemas como segregação ocupacional, discriminação, precariedade nas condições de trabalho, dificuldade de acesso a serviços públicos. Além disso, identificou que essas vivências não se apresentam somente para as mulheres migrantes originárias de países do hemisfério sul que se dirigem para países do hemisfério norte, mas também em mulheres que migram dentro do mesmo hemisfério.

A autora observou a presença de uma forte identidade profissional feminina, pelo fato de todas estarem desempenhando tarefas histórica e culturalmente atribuídas à mulher de origem humilde. Esse elemento levou à conclusão de que a experiência migratória não necessariamente trará mudanças significativas na vida profissional das migrantes, que terminam por não usufruir dos benefícios da mobilidade social.

O estudo *Migrações na Fronteira: A migração de bolivianas pra Corumbá-MS*, realizado por Peres (2015), analisou a migração feminina boliviana para a cidade de Corumbá, no Mato Grosso do Sul, através dos seguintes condicionantes: origem e destino; impactos e especificidades; uso estratégico do espaço e de recursos dos dois lados da fronteira. Trata-se de um estudo qualitativo, em que foram realizadas 17 entrevistas; não há a especificação quanto à idade, ao local de origem na Bolívia, à constituição familiar, ao motivo migratório e se a participante migrou sozinha.

O artigo retrata as questões de gênero, porém não em uma perspectiva interseccional, isto é, questões como etnia e classe não são abordadas diretamente. O estudo trata de uma migração fronteiriça, cuja temática de ter uma vida dividida entre dois países com diferentes culturas é um dos enfoques centrais. Esse movimento migratório, em particular, é predominantemente feminino, e a questão das redes estabelecidas entre as mulheres bolivianas que migraram é explorado como uma busca por manter a identidade cultural de origem.

Um dos pontos motivadores desse movimento migratório é a família. Há um planejamento de vida por parte dessas mulheres a partir das negociações e do uso estratégico dos espaços da fronteira em prol do casamento

e dos filhos. Portanto, ao abordar as particularidades da migração feminina e as diferenças de gênero, a família sempre recebe um papel destacado e influenciador das decisões e das rotas a serem seguidas.

O artigo: *O papel das mulheres migrantes na família transnacional que mobiliza a migração haitiana no Brasil*, de autoria de Mejía e Cazarotto (2017), trata da crescente presença de um fluxo migratório de mulheres haitianas para o Brasil. O estudo aborda as particularidades e as diferenças de gênero, com especial atenção à questão de projeto familiar, a qual aqui é retratada como aspecto central desse contexto migratório. É um estudo etnográfico a partir de um estudo de caso sobre a migração haitiana para o Vale do Taquari, no Rio Grande do Sul, mas não foi especificado o número de participantes.

Questões referentes à classe social e à raça são abordadas, o que retrata as dificuldades implicadas pela pobreza das mulheres haitianas, alavancadas pela adaptação a um novo contexto, pela dificuldade de conseguir emprego, conjuntamente com o preconceito racial e a xenofobia. Outros aspectos abordados são os sentimentos e as emoções particulares do processo migratório, além do forte papel que a religião exerce sobre a vida desse grupo.

O papel da mulher imigrante haitiana surge entrelaçado com seu papel familiar, o de esposa, mãe e cuidadora. Questões laborais, prioritárias na vida dos homens imigrantes, tornam-se secundárias na vida das mulheres, que buscam a manutenção familiar e deixam questões individuais em segundo plano.

Discussão

Estudos interseccionais oferecem ferramentas analíticas para apreender a articulação de múltiplas diferenças e desigualdades. As diferenças referentes as categorias como raça, gênero, classe e etnia são trabalhadas juntas de maneira a analisar não apenas o que difere entre categorias, mas também como estas diferenças se articulam em contextos específicos (Piscitelli 2008).

O artigo *Mulheres, Migrantes, Trabalhadoras: a Segregação no Mercado de Trabalho* (Dutra 2013) propõe-se a analisar experiências migratórias de mulheres de diversas nacionalidades em diferentes países. Essa variedade, embora seja abrangente, torna difícil a compreensão de fatores intrínsecos que existem no fenômeno migratório. Pois, dentro deste, encontramos o processo de aculturação que se configura como bidimensional, envolvendo orientações aculturativas das pessoas e culturas de origem e acolhida. Esse processo implica uma constante negociação de identidades, no qual fatores

como as diferentes culturas representadas pelos imigrantes e o posicionamento dos imigrantes ante as representações sociais dominantes encontrarão um diálogo, majoritariamente assimétrico em termos de possibilidades de exercício de poder (Andreouli 2013).

As diferentes nacionalidades em diferentes contextos dificultam uma análise mais profunda das questões étnicas, raciais e migratórias em cada grupo de mulheres, e como esses fatores impactam em suas vidas. Talvez por isso a categoria gênero tenha sido mais abordada do que outras. Estudos interseccionais buscam enxergar a sobreposição dessas categorias (Crenshaw 2004), tentam compreender o que ocorre na vida de uma pessoa quando o marcador gênero se encontra combinado com um marcador racial, por exemplo.

No artigo *Marcas de uma Origem e uma Profissão: Trabalhadoras Domésticas Peruanas em Brasília* (Dutra 2015), percebeu-se que uma abordagem interseccional foi possível, pois se trata de um estudo com mulheres de uma mesma etnia (peruana) em uma mesma cidade, o que torna possível olhar para as interseções entre gênero, raça e etnia. As entrevistas em profundidade parecem também ter aberto caminhos para a autora compreender melhor como as categorias se articulam e que vulnerabilidades são passíveis de ocorrer a partir delas.

Nesse ponto, há uma divergência no campo dos estudos interseccionais. Algumas autoras em geral percebem a interseção das categorias apenas como algo vulnerabilizador e estigmatizante (Crenshaw 2004), enquanto outras, para além da fragilidade, veem nessas categorias formas de agenciamento (Piscetelli 2008). Nesse artigo, observamos que a autora revela o lado estigmatizante e não ressalta aspectos dessas categorias que podem servir também como formas de agenciamento para as imigrantes.

No artigo *Mulheres do Sul também migram para o Sul, Paraguaia no Brasil* (Dutra 2013), a autora relaciona dois tipos de migração: aquelas que ocorrem dentro do mesmo hemisfério e aquelas em que há migração de um hemisfério para o outro (do sul para o norte). A autora observou que, em ambos os fenômenos migratórios, as mulheres ocupam trabalhos que há muitos anos têm sido destinados a mulheres, tais como empregada doméstica, babá, costureira, entre outros. Também vivenciaram discriminação, precariedade nas condições de trabalho, dificuldade de acesso a serviços públicos.

Consideramos importante a comparação entre os dois fenômenos, a qual mostrou que formas similares de subjugação ocorrem na migração nesses fenômenos migratórios. No entanto, observamos também que, ao destacar as categorias mulher, paraguaia, indígena, o estudo poderia ter realizado uma

articulação entre as categorias com o intuito de dar maior visibilidade aos aspectos vulneráveis ou potenciais que poderiam surgir dessas interseções.

Os estudos *Migrações na Fronteira: A migração de bolivianas pra Corumbá-MS* (Peres 2015) e *O papel das mulheres migrantes na família transnacional que mobiliza a migração haitiana no Brasil* (Mejía e Cazarotto 2017) apontaram a proeminência da temática *família* ao retratar o movimento migratório de mulheres para o Brasil. Conjuntamente com outros fatores, tais como diferenças de gênero, questões culturais e raciais, o papel da mulher dentro do seu contexto familiar e as mudanças oriundas nessa temática com o movimento migratório é o aspecto mais abordado. Embora esses artigos descrevam marcadores, eles não estão articulados entre si, como se percebe em estudos interseccionais. Compreendemos que um olhar interseccional sobre os marcadores descritos possibilitaria uma análise mais profunda da situação das mulheres migrantes, pois combinar raça e gênero ou etnia e gênero nos mostra interseções que diferem de olhar para a categoria mulher, negra, imigrante em separado.

Os papéis de gênero variam conforme a cultura local e tendem a ser transportados e mantidos com a migração. Em sociedades em que o papel da mulher está fortemente ligado ao trabalho doméstico e aos cuidados da casa e dos filhos, as chances de um protagonismo fora do âmbito familiar são mais escassas e limitadas (Cooke e Baxter 2010).

Embora seja crescente a autonomia das mulheres nos fluxos migratórios, o trabalho delas sempre foi direcionado às questões tradicionalmente associadas às mulheres, tais como trabalho doméstico e de cuidados. Sociedades europeias, em que os fluxos migratórios são bem mais numerosos e contínuos, têm consolidado o papel da mulher estrangeira na profissão de babá e doméstica (Rodrigues, Martins e Martins 2014).

Nos estudos abordados ao longo desta revisão, a relação entre ser mulher e o papel de cuidadora ocupado na família, juntamente com as oportunidades de trabalho restritas aos domésticos e tradicionalmente ligados à mulher, esteve presente em todos os cinco estudos, independentemente da sua cultura de origem e do local de destino no Brasil. Segundo Gonçalves, Nogueira e das Neves (2010), embora haja um aumento na participação da mulher em esferas públicas, o tempo dedicado aos afazeres domésticos ainda é muito maior, o que resulta em cansaço e estresse. A estruturação familiar ainda se baseia em um modelo em que o homem é o responsável pelo sustento da casa, e tal modelo permanece com a imigração. As mulheres imigrantes estão mais suscetíveis a situações de pobreza e desemprego;

além disso, a conciliação entre trabalho, família e distância do país de origem torna-se o principal desafio para as mulheres imigrantes, que têm sua situação agravada quando o preconceito se faz presente.

Conclusão

210

Este trabalho teve como questão norteadora a pergunta: as pesquisas sobre migrações no Brasil estariam trabalhando a experiência da migração sob a perspectiva interseccional? Para responder a essa pergunta, foi realizada uma investigação documental dos estudos publicados na temática migração feminina no Brasil. Foram encontrados poucos artigos que investigassem a migração de mulheres estrangeiras para o nosso país. Entre eles, alguns incluíram marcadores que possibilitavam analisar as trajetórias de maneira interseccional.

Foi observada ênfase no eixo gênero; essa categoria com frequência se sobrepôs a outras como origem étnica e classe, que também afetam a experiência da migração. Investiga-se que isso se deve ao fato de que nos fenômenos migratórios as mulheres ocupam trabalhos que há muitos anos têm sido destinados a mulheres, tais como empregada doméstica, babá, costureira, entre outros. Dessa forma, a categoria gênero, que estabelece uma divisão de trabalho, tem considerável influência na experiência migratória das mulheres, sobretudo das que migram em busca de trabalho. Por outro lado, ao dar ênfase à categoria gênero, outros marcadores interseccionais como raça, etnia e classe acabam ganhando menos destaque.

Alguns dos estudos analisados destacaram de maneira similar as categorias abordadas. No entanto, nesses trabalhos, percebeu-se a falta de articulação entre as categorias, como se percebe em estudos interseccionais, com o intuito de dar maior visibilidade aos aspectos vulneráveis ou potenciais que poderiam surgir dessas interseções. Compreendemos que um olhar interseccional sobre os marcadores descritos possibilitaria uma análise mais profunda da situação das mulheres migrantes, pois combinar raça e gênero ou etnia e gênero nos mostra interseções que diferem de olhar para a categoria mulher, negra, imigrante em separado.

Estudos interseccionais auxiliam na compreensão de diferentes formas de agenciamento e discriminação, pois, a partir da interação entre diversos modos de subordinação, tais como os relacionados a questões de gênero, raça/etnia, classe, é possível uma visão mais integral dos caminhos percorridos pelas mulheres imigrantes. Percebemos, nos estudos, que, ao tratar do fenômeno migratório apenas a partir da perspectiva de gênero, perde-

se parte da experiência da migração na qual há muitos outros elementos incluídos, tais como: cultura dos países, idiomas, cor da pele, tipo de migração, classe social etc.

Nota-se, contudo, que ainda faltam, nas produções analisadas, mais ênfase justamente nos processos de diferenciação e subjetivação. Estes processos funcionam em uma trama de práticas e discursos em espaços concretos de relação que se constituem por contextos mais amplos da matriz semiótico-material que inclui processos migratórios, relações generificadas e formas de organização social nas sociedades receptoras de imigração. Parece que o medo de uma generalização demográfica também compromete as análises para além das experiências das mulheres imigrantes e das metodologias narrativas.

A análise do fenômeno migratório cobra uma análise da *diferença* enquanto relação social de diferentes níveis —contextuais, comunitários, psicológicos etc.—, pois ela se refere aos modos pelos quais a própria diferença se constrói, se materializa e se organiza em relações sistemáticas através de práticas institucionais, de discursos econômicos, culturais e políticos, além de práticas, afetos, sentimentos e atitudes individuais em um campo contextual e dinâmico de contingências e possibilidades.

Referências

- Andreouli, Eleni. 2013. "Identity and acculturation: The case of naturalised citizens in Britain" *Culture & Psychology* 19 (2): 165-183. London: Institute of Social Psychology, London School of Economics and Political Science.
- De Aquino Araújo Adriano Alves. 2016. "Limitações e Estratégias de Ação Feminina na Sociedade Haitiana: Categorias de Articulação/Interseccionalidades" *Revista Agenda Social* 9 (2): 19-28. Campos dos Goytacazes: Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro.
- Benería, Lourdes, Carmen Diana Deere e Naila Kabeer. 2012. "Gender and International Migration: Globalization, Development, and Governance" *Feminist Economics* 18 (2): 1-33. Lincoln: International Association for Feminist Economics, University of Nebraska.
- Blackwell, Mailey e Nadine Naber. 2002. "Interseccionalidade em uma era de globalização: As implicações da Conferência Mundial Contra o Racismo para práticas feministas transnacionais". *Revista de Estudos Feministas*, 10 (1), 189-198. Florianópolis: Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina.
- Brah, Avtar. [1996] 2006. "Diferença, diversidade, diferenciação" *Cadernos Pagu* 26: 329-365. Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero Pagu, Universidade Estadual de Campinas.

- Brunsmas, David, e J. Steven Picou. 2008. "Disasters in the twenty-first century: modern destruction" *Social Forces* 87 (2): 983-991. Chapel Hill: Department of Sociology, University of North Carolina.
- Cooke, Lynn Prince e Janeen Baxter. 2010. "'Families' in international context: comparing institutional effects across western societies" *Journal of Marriage and Family* 72 (3): 516-536. Minneapolis: National Council on Family Relations.
- Davis, Angela. [1981]2016. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo.
- Dutra, Delia. 2015. "Marcas de uma origem e uma profissão: trabalhadoras domésticas peruanas em Brasília" *Caderno CRH* 28 (73): 181-197. Salvador: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia.
- . 2013. "Mulheres do sul também migram para o sul, paraguaias no Brasil" *Anuario Americanista Europeo* 11, 93-108. Consejo Europeo de Investigaciones Sociales de América Latina e Red Europea de Información y Documentación sobre América Latina.
- . 2013. "Mulheres, migrantes, trabalhadoras: a segregação no mercado de trabalho" *Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana* 21 (40): 177-193. Brasília: Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios.
- Guareschi, Pedrinho A., Adolfo Pizzinato, Liara Lopes Krüger e Mônica Medeiros Kother Macedo. 2003. *Psicologia em Questão: Reflexões Sobre A Contemporaneidade*. Porto Alegre: Edipucrs.
- Gonçalves Silva, Estefânia, Conceição Nogueira e Sofia Antunes das Neves. 2010. "(Re) Conciliação dos usos do tempo: Imigração, Gênero e Trabalho-Família." *Revista Psico* 41 (4): 456-462. Porto Alegre: Programa de Pós-graduação em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.
- Henning, Carlos Eduardo. 2015. "Interseccionalidade e Pensamento Feminista: contribuições históricas e debates contemporâneos". *Revista Mediações (UEL)*, (20), 97-128. Londrina: Universidade Estadual de Londrina.
- Horton, Lynn. 2012. "After the earthquake: gender inequality and transformation in post-disaster Haiti" *Gender & Development* 20 (2): 295-307. Oxford: Oxford Committee for Famine Relief.
- López, Laura Cecilia. 2013. "A mobilização política das mulheres negras no Uruguai: considerações sobre interseccionalidade de raça, gênero e sexualidade". *Sexualidad, Salud y Sociedad*, (14), 40-65. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- Martins-Borges, Lucienne. 2013. "Migração involuntária como fator de risco à saúde mental" *Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana* 21 (40): 151-162. Brasília: Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios.
- Matsudaira, Tomomi. 2006. "Measures of psychological acculturation: a review" *Transcultural Psychiatry* 43 (3): 462-487. Montreal: Division of Social and Transcultural Psychiatry, McGill University.

- Mejía, Margarita Rosa e Rosmary Terezinha Cazarotto. 2017. “O papel das mulheres imigrantes na família transnacional que mobiliza a migração haitiana no Brasil” *Revista Pós Ciências Sociais* 14 (27): 171-190. São Luís: Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão.
- Montenegro-Martínez, Marisela, Caterine Galaz Valderrama, Laura Yufra e Karla Montenegro-Quitana. 2011. “Dinámicas de subjetivación y diferenciación en servicios sociales para Mujeres inmigradas en la ciudad de Barcelona”. *Athenea Digital* 11 (2): 113-132. Barcelona: Universitat Autònoma de Barcelona.
- Peres, Roberta Guimarães. 2015. “Mulheres na Fronteira: a Migração de Bolivianas para Corumbá-MS” *Territórios e Fronteiras* 8 (2): 120-137. Cuiabá: Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Mato Grosso.
- Piscitelli, Adriana. 2008. “Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras” *Sociedade e cultura* 11 (2): 263-274. Goiânia: Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás.
- Prokopiou, Evangelia, Tony Cline e Guida Abreu. 2012. “‘Silent’ monologues, ‘loud’ dialogues and the emergence of hibernated I-positions in the negotiation of multivoiced cultural identities” *Culture & Psychology* 18 (4): 494-509. Thousand Oaks: Psychology, Sage Publishing.
- Rodrigues, Sônia, Tiago Martins e Ângelo Martins. 2014. “Família, migração, trabalho doméstico e desigualdades de gênero” *E-Revista de Estudos Interculturais do CEI* 2: 1-21. Porto: Centro de Estudos Interculturais, Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Porto.
- Sarriera, Jorge Castellá. 2010. *Psicologia Comunitária Estudos Atuais*. Porto Alegre: Sulina.
- Silveira, Raquel da Silva e Nardi, Henrique Caetano. 2014. “Interseccionalidade gênero, raça e etnia e a lei Maria da Penha”. *Revista Psicologia & Sociedade*, 26 (spe), 14-24. Belo Horizonte: Associação Brasileira de Psicologia Social.
- United Nations. 2013. *International Migration Report*. New York, USA: DESA.

Referências on-line

- Crenshaw, Kimberle W. 2004. “A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero” Disponível em: <http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/09/Kimberle-Crenshaw.pdf>. Acesso em: 30 maio. 2017 (16 de maio de 2018)

